

**MENSAGEM Nº 88/2023**

Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores,

Valemo-nos da presente Mensagem para encaminhar à essa Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei Complementar, que visa alterar o art. 124 da Lei nº 3.598, de 26 de maio de 2011, que instituiu a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, a fim de ampliar o limite das autorizações provisórias para o serviço de fretamento.

O referido dispositivo prevê que as autorizações concedidas pelo Município para o serviço de fretamento não podem exceder ao número de veículos utilizados pela concessionária do transporte público coletivo regular de passageiros, o que atualmente corresponde a 34 (trinta e quatro) veículos.

Nesse sentido, considerando que já se encontram ocupadas todas as 34 (trinta e quatro) vagas previstas para o serviço de fretamento no Município, bem como a demanda existente pelo aumento do limite máximo de autorizações, o presente Projeto de Lei prevê a alteração do art. 124 da Lei nº 3.598, de 2011, visando possibilitar a concessão de mais 15 (quinze) autorizações provisórias, com vigência pelo período de 6 (meses) e prorrogável por igual período.

O serviço de fretamento desempenha um papel essencial no atendimento de necessidades específicas de deslocamento, atendendo tanto a demanda de empresas que necessitam transportar seus funcionários de maneira eficaz, quanto os grupos de cidadãos que buscam alternativas personalizadas para seus deslocamentos regulares.

Assim, a ampliação das vagas se mostra necessária diante das mudanças constantes nas dinâmicas urbanas, do crescimento demográfico e da diversificação das atividades econômicas locais. A flexibilidade inerente ao serviço de fretamento o torna uma opção adaptável às diferentes necessidades da comunidade, contribuindo para a mobilidade urbana de forma mais abrangente.

Além disso, a regulamentação e a fiscalização adequadas, desempenhadas pela Coordenadoria do Órgão Gestor, garantirão que a referida ampliação ocorra de maneira sustentável, assegurando a segurança, a qualidade e a regularidade dos serviços prestados pelos operadores de fretamento.

Cabe ressaltar que a expansão controlada deste segmento do transporte coletivo não apenas atende à demanda crescente da população, mas também fomenta a competitividade e a inovação no setor, estimulando a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

Por fim, considerando que o serviço de fretamento atende diversas empresas, bem como o aumento das vagas de emprego e respectivas contratações nos finais de ano, solicitamos a apreciação da presente matéria em **regime de urgência** e a convocação de quantas **sessões extraordinárias** forem necessárias, nos termos dos arts. 27, III, e 33, § 1º, ambos da Lei Orgânica Municipal.

Ante o exposto, contamos com a aprovação do presente Projeto de Lei, ao que antecipamos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2023**

Altera o art. 124 da Lei nº 3.598, de 26 de maio de 2011, que instituiu a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, a fim de ampliar o limite das autorizações provisórias para o serviço de fretamento.

**Art. 1º** Altera o art. 124 da Lei nº 3.598, de 26 de maio de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 124. Além do número de veículos utilizados pelas concessionárias do transporte público coletivo regular de passageiros, o Município poderá emitir autorizações para a execução de serviços de fretamento contínuo a terceiros, as quais não poderão exceder a quantidade de veículos da frota total do transporte coletivo.

§ 1º A Coordenadoria do Órgão Gestor efetuará o controle deste limite por meio da emissão de autorizações provisórias.

§ 2º Havendo necessidade, o Órgão Gestor poderá emitir até 15 (quinze) novas autorizações provisórias, desde que devidamente justificadas, com vigência pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogadas sucessivamente por igual período.

§ 3º Caso o cadastramento dos atuais operadores exceda o limite de autorizações provisórias estabelecido neste artigo, o Órgão Gestor procederá a seleção destes, classificando os veículos atualmente utilizados no serviço de fretamento com base em critérios que melhor atendam aspectos como conforto, idade e segurança, bem como o total cumprimento das exigências desta Lei e seu Regulamento, para emissão de autorização definitiva.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado digitalmente)*  
**ROBSON CANTU**  
Prefeito Municipal



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3603-8BF3-37A0-0202

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROBSON CANTU (CPF 441.XXX.XXX-68) em 08/12/2023 15:25:28 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC Instituto Fenacon RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/3603-8BF3-37A0-0202>